



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 14 DE
MARÇO DE 2019.....**

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

.....
Não esteve presente a Vereadora Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, tendo a mesma, comunicado verbalmente a sua ausência por motivos de doença.
A falta foi considerada justificada.

.....
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Vereador Fernando Silva**, fez referência ao trânsito na EN 235, que é caótico e, nas horas de ponta, a situação agrava-se. Sugeriu que se fizesse uma reportagem fotográfica ou de vídeo e que fosse encaminhada para as entidades competentes. Acrescentou que era uma situação que causava transtornos a muita gente e que o Município deveria fazer alguma coisa em relação à situação.

Referiu que a situação se agravava quando o semáforo que se encontra perto dos Armazéns Reis, estava em funcionamento, sugerindo que o semáforo ficasse intermitente nas horas de ponta.

Reportando-se ao Lote C23, que tanta discussão tinha causado, questionou se já havia pedido de licenciamento para o mesmo.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que deveriam ser apresentados naquele órgão todos os processos de loteamento, que dão entrada na Câmara Municipal, mesmo os que respeitam a habitações.

Disse também que gostaria que fosse trazido a este órgão um indicador de qualidade, onde fosse indicado o número de processos que deram entrada na Câmara Municipal, os tempos de espera para obter os respetivos licenciamentos, entre outros. Solicitou, também, que fosse apresentado aos Vereadores, à semelhança do que é apresentado para as Assembleias Municipais, um relatório de atividades do município.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, partilhou a sua preocupação com o que tinha sido referido pelo Vereador Fernando Silva, no que diz respeito ao trânsito na Zona Industrial de Oiã. Deu conhecimento que os semáforos no cruzamento das Agradas se encontram constantemente com o sinal vermelho já tendo assistido a que pessoas tenham que sair das suas viaturas para carregar no botão dos peões, para que o semáforo mude de cor, colocando em risco a sua própria segurança como a de terceiros.

Questionou relativamente ao ponto de situação da Zona Industrial da Palhaça, dizendo que tem sido abordado por várias pessoas que dizem que não têm gostado da postura da Câmara Municipal, relativamente aos valores por metro quadrado apresentados, para os terrenos naquela zona.

Reportando-se à Alameda da Cidade, alertou para o separador central, nomeadamente no que diz respeito às zonas verdes, que se veem um pouco descuidadas passando uma má imagem. Chamou a atenção também para a sinalética existente junto às passadeiras, verificando-se que muitas delas se encontram sem luzes. Também alertou para a iluminação de postes que estão partidos.

Fez também referência à placa toponímica que se encontra junto aos Bombeiros Voluntários, que se encontra em muito mau estado.

O **Vereador António Mota**, referiu que pretendia começar a sua intervenção com uma frase da Vereadora Lília Ana Águas, que não estava presente, e passou a citar; “*É preciso ter elegância para continuar a ser gentil em situações difíceis*”, fim de citação. Disse que era uma frase importante na qual todos deveriam pensar, nomeadamente para a utilização de alguma postura dentro da Câmara Municipal, mas certamente que na próxima reunião de Câmara iria comentar novamente a frase na presença da Vereadora.

Questionou o Presidente da Câmara se iria continuar a contrariar a Lei no que diz respeito ao anúncio de obras, que de acordo com o que todos tinham conhecimento, não poderia ser feito. Disse que, do que sabia, já havia autarcas indiciados devido à situação e independentemente de a Lei vir a ser alterada, há que ter algum cuidado e não estar apenas atentos aquilo que os outros fazem, não cumprindo determinadas Leis.

Reportando-se ao associativismo e ao programa PAPER, disse que gostaria de saber quantos projetos do Concelho de Oliveira do Bairro tinham sido contemplados, no âmbito da CIRA. Questionou também qual tinha sido o envolvimento da Câmara Municipal com as associações no sentido de as



Oliveira do Bairro câmara municipal

mesmas apresentarem projetos para serem aprovados, sabendo da existência de muitos Municípios com vários projetos aprovados.

Relativamente a conservação e reparação dos arruamentos disse que havia situações muito complicadas, dando o exemplo que para se deslocar para a Freguesia da Palhaça, já não sabia se havia de ir pela Pedreira ou por Oiã, dado o estado de degradação do piso em ambas as opções.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que gostaria de saber o ponto de situação de uma forma concreta, sobre a OPA que disse ter feito relativa à compra dos terrenos para a Zona Industrial, porque se notava um mau estar muito grande junto dos proprietários dos terrenos.

Referiu que os funcionários do Município, que têm responsabilidades perante a Câmara Municipal deveriam ser os primeiros a alertar das situações que verifiquem menos corretas. Disse referir-se neste caso em concreto à falta de recolha do lixo, onde os moradores fazem crítica da situação, nas redes sociais e perto do local habita um colaborador do Município que deveria alertar para a situação antes de os comentários circularem.

No que diz respeito à BTL, disse que no Jornal da Bairrada vinham várias informações de vários Municípios, mas de Oliveira do Bairro, não tinha visto qualquer informação, dando a sensação que Oliveira do Bairro estará presente por arrasto.

Fez referência às maquetes existentes no corredor de entrada da Câmara Municipal, que para si já não fazia sentido os mesmos estarem expostos no local, dando uma imagem de desmazelo e desleixo por manterem as maquetes sobre tijolos no local. Questionou se no âmbito da requalificação urbana foram aproveitadas algumas ideias dos trabalhos expostos.

O Vice-Presidente da Câmara, respondendo a algumas questões colocadas, relativamente ao Vereador Fernando Silva, no que diz respeito ao licenciamento no Lote C23, informou que formalmente ainda não tinha entrado qualquer pedido, mas verbalmente já tinha sido informado que iria entrar na Câmara Municipal, brevemente, o pedido de licenciamento para o local.

Sobre a questão dos loteamentos, disse não haver nada a esconder e os mesmos são de acesso público e nesse sentido o Vereador Fernando Silva, quando pretender aceder a algum processo pode consultar o mesmo, sem qualquer problema.

Relativamente às estatísticas para a medição da qualidade, disse que a aplicação informática não dava uma informação muito concreta e visível para análise, acrescentando que também tem curiosidade em ter conhecimento dessa estatística, porque face ao esforço que tem sido feito por si e pelos técnicos daquela área, tinha a convicção que o tempo médio de resposta tinha encurtado nos últimos meses. Disse ter a noção do que era quando chegou e também tinha noção do que é na atualidade. Acrescentou que junto da informática iria mais uma vez tentar perceber de que forma se poderia obter um mapa com um padrão de análise claro.

Sobre a questão da Zona Industrial da Palhaça e a referência que foi dada sobre a insatisfação das



Oliveira do Bairro câmara municipal

peessoas, disse que ainda não havia nada de concreto, mas por comparação ao que se passou na Zona Industrial de Vila Verde, e ao contrário do que tinha sido dado ao entender, o nível de aceitação tinha sido melhor. Acrescentou que na sua perceção, na Zona Industrial de Vila Verde, o nível de aceitação não tinha sido tão bom, devido a uma oferta que tinha sido feita pelo Executivo anterior e como na Palhaça não havia esse termo de comparação as pessoas aceitaram melhor os valores apresentados.....

Reportando-se à WRC, disse que pretendia transmitir uma informação que achava importante. Informou o Executivo Municipal que a WRC tinha sido formalmente extinta, sem necessidade de acréscimo de despesa por parte do Município de Oliveira do Bairro. Acrescentou que o acionista, Câmara Municipal de Anadia tinha assumido, face ao peso que tinha na empresa, praticamente a totalidade do passivo, com a contrapartida dos ativos que tinha e, portanto, o Município de Oliveira do Bairro, basicamente perdeu o capital que tinha na empresa, que eram sete mil e quinhentos euros. ... Reportando-se à informação que tinha vindo à reunião de Câmara há uns meses atrás, e que tinha sido tão contestada, da possibilidade de o Município de Oliveira do Bairro ter que acrescentar algum valor, felizmente não se confirmou não tendo que se fazer qualquer pagamento adicional.....

O **Presidente da Câmara**, respondendo à questão do Vereador António Mota, sobre a publicidade de obras e de outras atividades do Município, informou que o Município terá todo o cuidado, tentando cumprir ao máximo o que saiu da Comissão Nacional de Eleições, apelando a todos que têm responsabilidades para aquilo que é a informação que se deve passar ao munícipe e que lhe chegue. Acrescentou que o munícipe tem a necessidade de obter informação e, por vezes, não serão atos de publicidade, mas sim de informação. Referiu que o Executivo tentará fazê-lo de forma clara e com todas as cautelas que deve ter, mas não iriam deixar de publicitar aquilo que ia acontecendo no Município e que dentro da interpretação do Executivo não viola a Lei.....

Sobre a questão da Zona Industrial de Oiã e dos constrangimentos de trânsito, informou que já tinha estado em Almada, nas Infraestruturas de Portugal, no final do ano de 2018, com a Dr.^a Isabel Simões, com o intuito de debater as questões da E.N. 235 que se encontra num estado caótico, também para perceber o que iria acontecer na zona mais a norte da Zona Industrial de Oiã e ainda para saber datas para o início do projeto já existente de requalificação da via em questão, tendo as mesmas sido fornecidas. Transmitiu que lhes tinha sido dito que estava para ser lançado a concurso a empreitada da rotunda, que se ia localizar em frente à empresa “Bolseira”, o que iria resolver todo aquele congestionamento.

Disse ter tomado nota das recomendações deixadas pelos Vereadores e que as fará chegar junto da responsável pela zona de Aveiro, agradecendo o contributo.

Relativamente às pavimentações informou que depois de vários constrangimentos, no dia anterior tinha sido assinado o contrato para a realização das primeiras planeadas na zona de Oiã e Palhaça,



Oliveira do Bairro câmara municipal

faltando apenas preparar os últimos detalhes para se avançar com os trabalhos.....

Sobre o arruamento que liga Póvoa do Forno ao Passadouro, que tantas vezes tem sido objeto de preocupação em reunião de Câmara, informou que também no dia anterior se tinha feito o contrato de compra e venda do terreno do senhor Manuel Morgado, para se fazer o respetivo alargamento da via, resolvendo assim a situação.

No que respeita à municipal 596 disse ser sobejamente conhecido o que se tem estado a fazer, nomeadamente com a questão do trânsito, para se poder avançar com a solução do problema.

Referiu que se tem tido o cuidado, com as intervenções da ADRA, para em conjunto e aproveitando os rasgos feitos para as suas intervenções, se resolverem patologias existentes. Acrescentou que também se estava a apurar valores e garantias de reposição, nomeadamente em Bustos.

Relativamente à questão do PAPER, disse que o município tinha sido informado da fraca adesão das associações, pelo facto de a fase de adesão ao concurso ter sido antecipada um mês. Foi feito um esforço de comunicação às associações para se candidatarem se assim o entendessem. Informou que o Concelho de Oliveira do Bairro tinha apresentado 5 candidaturas, sendo que apenas três foram contempladas. Acrescentou que a lógica do PAPER é distribuir o valor global de quarenta mil euros em função dos projetos apresentados. Deu nota que tinha ficado regulamentado, que mesmo que um Município apresentasse apenas um projeto existiria sempre um valor mínimo a atribuir, existindo assim mais equilíbrio.

Acrescentou que também comunicou a várias associações, pois existiam projetos tão agradáveis e interessantes no Município, mas é pena que acabem a concorrer sempre os mesmos.

No que diz respeito à recolha do lixo, disse concordar com o facto de que as pessoas devem ter zelo pelo seu trabalho e pelas funções que ocupam, mas no caso em concreto, tem conhecimento que o funcionário em questão tinha feito as diligências necessárias. Acrescentou que uma das suas preocupações é que os funcionários do Município transmitam o que está menos bem, para se diligenciar no sentido de corrigir.

Sobre a participação do Município na BTL, informou que o Município está representado, na presente data, com um técnico municipal, no dia seguinte pelo próprio Presidente da Câmara e nos dias seguintes também irá estar presente, assim como a Vereadora Lília Ana Águas, se a sua saúde o permitir, fazendo a divulgação não só do Município de Oliveira do Bairro, mas também da Rota da Bairrada pela parceria existente.

No que diz respeito à presença das maquetes no Edifício da Câmara Municipal, esclareceu que havia um protocolo assinado e o mesmo tinha que ser cumprido, sendo que a data do término do mesmo ainda não passou. Acrescentou que foi uma das suas questões quando chegou à liderança da Câmara Municipal, tendo-lhe sido explicado isso mesmo, estando por isso a aguardar a conclusão do prazo para proceder à recolha das maquetes e colocá-las em local apropriado.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que algumas referências feitas no estudo apresentado nas maquetes, têm sido aproveitadas para ideias nomeadamente para a zona dos pinheiros mansos.

O **Vereador Fernando Silva**, relativamente ao lote C23, disse que do que se lembra a justificação dada na altura foi que havia urgência de construção e passado que foi um ano, continuava sem saber se havia algum pedido de construção para aquele lote, podendo mesmo inviabilizar todas as decisões tomadas para o local.

Relativamente ao que tinha dito sobre ter acesso a informações e à resposta dada pelo Vice-Presidente disse saber que como eleito podia consultar o que quer que fosse na Câmara Municipal, mas também não tinha sido isso que tinha questionado. Reiterou que o que tinha dito foi que sem que a oposição a peça, seja facilitada a informação porque não havia nada a esconder. Sugeriu que fosse pedido aos serviços um relatório mensal, onde também incluía os tempos de resposta.

Sobre a oferta de valores para a aquisição de terrenos nas zonas industriais disse que, no seu tempo, enquanto Vereador com Pelouro, tinha sido feita uma oferta de setecentos escudos por metro quadrado de terreno, logo havia um passado de oferta para aquisição de terrenos.

O **Presidente da Câmara**, sobre o lote C23 esclareceu que a escritura do mesmo tinha sido realizada não há muito tempo e para além da vontade expressa que lhe tinha sido transmitida, também tinha a preocupação da continuidade daquilo que tinha sido assumido em reunião de Câmara. Disse que se conhecia a dificuldade da unificação dos lotes, mas tal situação pensa estar ultrapassada. Acrescentou que a Câmara tem acompanhado de perto todas as diligências realizadas, porque é de todo o interesse que tudo seja resolvido da forma mais conveniente.

Justificou o facto de a ata da última reunião de Câmara não vir à presente reunião para aprovação pelo facto de o colaborador Miguel Duarte estar empenhado nos trabalhos inerentes ao Orçamento Participativo.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 63 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES – CANDIDATURA À TIPOLOGIA 10.2.1.6 – RENOVAÇÃO DE ALDEIAS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, informou que existia uma candidatura a decorrer sobre a tipologia de Renovação de Aldeias, em que um dos fundamentos maiores era trazer vida às aldeias. Referiu que a candidatura à tipologia estava a ser preparada, porque sabiam de antemão que o aviso sairia nos próximos dias, antecipando assim o trabalho, para quando sair o aviso já estar tudo pronto.

Esclareceu que esta tipologia incidia na zona do Silveiro, Perrães e Giesta porque já existiam um



Oliveira do Bairro câmara municipal

conjunto de infraestruturas onde a apetência turística era levada. Da parte da POLIS também haveria investimento a curto prazo, com a construção de passadiços, não obstante a empresa estar em dissolução. Atendendo que também na zona central do lugar do Silveiro, em parceria com a Câmara Municipal que cedeu um equipamento para que a IPSS Solsil pudesse fazer uma oferta social diferente e porque é necessário efetuar arranjos exteriores, foi entendimento que se poderia enquadrar tudo numa lógica de várias sinergias de forma a continuar a dar vida às localidades do Silveiro, Giesta e a sua ligação ao Parque do Carreiro Velho, à zona de Perrães e do Rêgo, que se poderiam enquadrar com outros projetos, que estavam em andamento.. ..

Referiu que o que estava previsto no projeto, em sede de investimento era meramente indicativo, sabendo também o limite dos apoios. Disse que faltavam ainda peças desenhadas, contudo torna-se necessário o reconhecimento de interesse municipal, pelo que entendeu que não seria correto trazer a este órgão um pedido de interesse municipal para um projeto sem que existisse pelo menos a ideia transcrita, sendo isso que tinha sido apresentado e explicado no documento que tinha sido enviado, e que estava pronto para seguir em candidatura, concretizando assim algo com apoios, que tinham já ideia de concretizar, para o largo do Silveiro.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que no que respeitava ao pedido de reconhecimento, não iria contrariar aquilo que o Presidente da Câmara tinha apresentado, no entanto referiu que era um projeto que tinha lido com atenção e na sua opinião o mesmo merecia uma exposição pública, antes de ir à Assembleia Municipal. Acrescentou que faltava no documento o parecer da Junta de Freguesia a dar o seu contributo, porque o argumento que é dado para o projeto é que o mesmo é de interesse para as populações, mas nunca se questionou as populações se o projeto era do seu interesse, achando por isso um pouco descabido o que se estava a propor, porque reuniões informais com os Presidentes de Junta não eram suficientes para se apresentar um projeto deste tipo, devendo por isso existir um formalismo para a apresentação do documento que posteriormente será apresentado em Assembleia Municipal, estando ainda a tempo de o fazer..

Referiu que tem havido muitos investimentos na zona húmida do Silveiro até ao Carreiro Velho, existindo também o parque do Prego que era uma autêntica vergonha para o Município, que foi construído ainda no seu tempo de Vereador com Pelouro, com dinheiro da Associação de Municípios da Ria, tendo sido o mesmo entregue a um Agrupamento de Escuteiros, que não faz a devida reparação nem a manutenção do mesmo, mostrando falta de brio.

Acrescentou que era a única zona do Concelho que tinha a sinalética turística, castanha, informativa de pontos de interesse e ainda se vai investir mais, em cima do investimento já feito anteriormente naquela zona, havendo outras áreas do Concelho que também mereciam esse tipo de atenção e de investimentos.....

Alertou para o estado em que se encontra a pateira, dizendo que já ninguém vê água, apenas se vêm



Oliveira do Bairro câmara municipal

salgueiros, demonstrando que a zona está ao abandono e continuava-se a investir. Afirmou que iria votar favoravelmente, mas disse que se deveria ter outro tipo de aproximação daquele espaço que era fantástico.

Sugeriu, relativamente à sinalética, que a mesma tem que ir até às saídas das autoestradas e não se cingir apenas às localidades.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que, indo ao encontro da intervenção do Vereador Fernando Silva e querendo acrescentar mais alguns pontos ao documento apresentado, em bom tempo e de forma antecipada a Câmara Municipal pretende preparar o processo de forma a garantir o financiamento...

Reportando-se à apresentação feita pelo Presidente da Câmara sobre o assunto, disse que o mesmo tinha falado sobre uma preocupação que tinha sobre o projeto que era se o mesmo tinha sido pensado de forma fechada, mas foi mencionado que a Câmara Municipal pretende dar escala em função de outros investimentos, como o que tinha referido, dos passadiços na zona mais a oeste de Perrães, não esquecendo também mais a este a “Rota das Cegonhas”, ou seja deve-se ter em conta toda aquela zona de forma pensada e articulada, o que pode dar um contributo muito forte para se ter mais visitantes no Concelho, não esquecendo a sinalética que também ajuda.

Sobre a valorização patrimonial referida no documento, em relação à ponte Real, na sua opinião era um forte contributo por parte da Câmara Municipal também envolver a quinta do Silveiro, a chamada Quinta dos Ingleses, que se localiza ao lado da Solsil, que tem em sua guarda e exposto o Brasão da referida quinta, porque acha ser indissociável a ponte Real, que era a porta de entrada para aquela quinta pertença de pessoas muito influentes da zona poente do Concelho, que frequentavam em Lisboa as Cortes Constituintes do Século XIX, achando ser um ponto interessante. Acrescentou que, pelo menos, poderia existir uma placa informativa sobre o imóvel e a sua história.

Relativamente ao circuito apresentado, salientou que desde a rotunda do Rêgo até ao Silveiro não existia nenhuma passadeira de peões naquele troço, devendo ser acrescentadas e também nos entroncamentos que dão acesso ao Polo escolar Oiã Nascente, dando mais segurança a quem circula naquela via.

Afirmou que votaria favoravelmente o projeto apresentado.

O **Vereador António Mota**, disse que, independentemente daquilo que tinha sido referido pelos Vereadores e como conhecia os projetos de outros municípios, que os intitulam de percursos pedestres e quase nada falam sobre a requalificação urbana, o Município de Oliveira do Bairro estava ao contrário, porque fala essencialmente em requalificação urbana dos largos das localidades, esquecendo um pouco da intenção do projeto em termos de candidatura.

Referiu que efetivamente poderia ser uma forma de ligação aos parques, desde Oliveira do Bairro até ao Rêgo, sendo assim uma candidatura diferente e o significado da mesma seja esse.

Disse que não era com o valor de cento e trinta e cinco mil euros, que se vai conseguir fazer a



Oliveira do Bairro câmara municipal

requalificação dos largos, da forma como estava descrito no projeto, porque só para a requalificação dos largos do Silveiro e da Giesta o valor apresentado não é suficiente.

Afirmou que se estava a utilizar um projeto que deveria ter determinada finalidade, para se fazer a requalificação dos dois largos já referidos.

Relativamente aos percursos pedestres referidos no projeto, disse não verificar que haja grande investimento, podendo ser uma forma de ultrapassar uma questão que há tanto tempo as pessoas sonham que é a ligação dos parques, a pista ciclável, as pistas pedonais, porque pelo valor apresentado, nada se vai fazer em relação a isso.

Sugeriu que também pudesse haver outros percursos pedestres na zona poente do Concelho que poderiam ter sido contemplados, com um valor mais reduzido, mas reforçou que eram percursos e não requalificação de largos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o objeto da candidatura não eram propriamente os caminhos pedestres, mas que tem um empenho pessoal na questão dos caminhos pedestres e cicláveis e que há poucos dias tinha acompanhado, durante uma tarde, um técnico de uma empresa contratada pela CIRA, na questão da sinalização dos caminhos pedestres e cicláveis, havendo por isso um empenho pessoal e também do Executivo nessa matéria, esperando a curto médio prazo fazer-se um trabalho visível nesse sentido.

Relativamente ao que foi referido sobre o edifício da Quinta dos Ingleses, disse que infelizmente o edifício está de tal modo degradado que não haverá muito a fazer relativamente à sua requalificação, que traria um custo inabarcável, restando aproveitar o que se poder.

Disse esperar que dentro de pouco tempo exista já uma rota pedestre devidamente assinalada e que seja o orgulho do Concelho, e a médio prazo um circuito ciclável que também seja referência.

O **Presidente da Câmara**, afirmou que a intenção do presente aviso era mesmo a requalificação de aldeias e não a questão dos caminhos pedestres e cicláveis. Pretende-se atrair as pessoas para as aldeias, para os seus largos, criando dinâmica em aldeias que pela degradação de edifícios, pelo abandono de construção de novas habitações familiares, sendo intenção que com as intervenções, que não são de vulto, mas intervenções que permitam dar uma nova imagem trazendo algo atrativo para a localidade.

Acrescentou que para um projeto do género seja visto com algum potencial, tinha que se trazer também a atratividade daquilo que existe em volta e pode ser potencializado e, daí a grande envolvimento que se pretende promover, com as ligações à Pateira, aos parques e as sinalizações. ...

Referiu ainda que o projeto era essencialmente para a requalificação dos largos, mas não será feita uma intervenção de fundo, mas sim reajustar, aumentar a sinalização e aproveitar cada uma das potencialidades que tem cada uma das aldeias e que por vezes não eram exploradas, sendo essa a verdadeira intenção do projeto apresentado.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Relativamente aos valores do mesmo, recordou que na sua apresentação tinha referido que era um valor previsional e que se porventura se tornar necessário o Município estará disposto a analisar o que for necessário.

O **Vereador Fernando Silva**, disse ter percebido o que tinha sido explicado pelo Presidente da Câmara, mas referiu que os técnicos quando fazem uma memória descritiva, como a que foi apresentada, devem apresentar os valores corretos das intervenções que vão ser feitas, que façam uma estimativa orçamental, devendo ser exigência do Presidente da Câmara, porque se isso tivesse sido feito, o valor apresentado seria muito diferente, também entendia que a candidatura não permita um valor superior a cento e trinta e cinco mil euros, mas também não se podem enganar a si próprios, pegando num projeto do género sabendo de antemão que irão ser utilizados mais recursos para além dos que foram apresentados.

O **Presidente da Câmara**, disse que tinha feito questão que viesse uma memória descritiva com o presente assunto, para que pudesse existir uma decisão, com mais consciência dos Vereadores, sabendo que nos outros municípios nada tinha sido apresentado e por isso agora a discussão e as questões que estão a existir em torno da questão, que via com bons olhos.

Acrescentou que a memória descritiva apresentada foi para ajudar a entender o projeto, aquilo que se pretende, e a defender o interesse para o local. Referiu que os projetos estão a ser afinados, sabendo que não se pode ir além de determinados patamares. Voltou a referir que se pretende colocar os locais atrativos, com a colocação de mais sinalética, com a requalificação, não de fundo, de pontos centrais das aldeias.

Congratulou-se com a discussão e com o enriquecimento que todos estavam a dar ao projeto, com os seus contributos e opiniões, que certamente serão incluídas no projeto aquando da sua execução.

O **Vereador António Mota**, disse que se conhecia um orçamento, se conhecem as obras devidamente orçamentadas, quer para o presente ano, quer em PPI e quando se toma decisões tem que se ter noção das situações, porque não é por se ter um texto a dizer o que se vai fazer, que se vai deliberar, sabendo que o valor apresentado não chega para o que foi apresentado.

O **Presidente da Câmara**, voltou a referir que o que se pretendia era que se reconhecesse o interesse do projeto para o Município e em particular para a zona referido no documento. Esclareceu que o documento apresentado, era uma Memória Descritiva, onde era explicado o interesse, tendo consciência dos valores que tem que se investir e da forma como tem que se investir.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a submissão à Assembleia Municipal com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências, da Informação/Proposta n.º 63 - Mandato 2017/2021 apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 7 de março de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 64 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 23/2019 [SAÚDE] – PRONÚNCIA NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO DECRETO-LEI N.º 23/2019.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que iria apresentar de uma só vez os pontos da Ordem de Trabalhos 3, 4 e 5, tratando-se de três temas de delegação de competências, explicando que no caso do ponto 3, estava numa fase intermédia em que o Município se devia pronunciar sobre o valor calculado e enviado para a transferência de competências.

Acrescentou que para se conseguir aferir tais valores, eram necessárias algumas respostas às questões que o Município colocou a quem de direito, mas que até ao momento não tinha sido obtida qualquer resposta. Disse não se sentir capaz de se pronunciar se o valor era ou não adequado às necessidades e daí a proposta que trazia a deliberação era no sentido de referir que não concordam com o valor pois nem sequer há dados concretos para aferir se o valor fazia sentido ou se era suficiente, face às competências que se pretende delegar.

Esclareceu que o presente Decreto-Lei tinha a primeira fase sobre a audição relativa aos valores apresentados e depois teria uma segunda fase que era de aceitação ou não da delegação de competências.

A pronúncia nesta primeira fase é então no sentido de se aceitar ou não os valores apresentados, informando os Vereadores que a proposta era feita no sentido de não aceitar os valores apresentados uma vez que nem tiveram forma de saber como foram calculados nem como chegaram aos mesmos, para se poder aferir se é suficiente ou não.

Sobre o ponto 4 relativo à cultura, disse que mais uma vez, face à descrição técnica, há muitas dúvidas sobre alguns dos procedimentos que têm que ser adotados. Informou que foram levantadas questões, tendo obtido respostas não conclusivas e por isso é entendimento que não se está em condições de assumir para já as referidas competências, não obstante as diligências e informações que se venham a obter, de forma a preparar tudo para algo que todos pensam que será inevitável em 2021.....

Reportando-se ao ponto 5 relativo à proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, disse que atendendo ao que se propõe no Decreto-Lei, que seria a intenção da Tutela passar para os Municípios, competências do Delegado de Saúde para além de mais algumas da área da Veterinária. Refere que, em muitas circunstâncias, desconhecem por completo como os exercer e também



Oliveira do Bairro câmara municipal

desconhecem quais os valores que serão transferidos para os exercer, quais as necessidades de formação e também quantos técnicos existem em cada uma das áreas a intervir para que se consiga fazer tudo o que está proposto.....

Face às dúvidas existentes, propôs também que não fosse aceite a delegação de competências, por agora.

O **Vereador Fernando Silva**, relativamente ao ponto 3, saúde, disse que tinha ficado surpreso assim como também ficou a Câmara Municipal, que enviou um ofício a solicitar mais elementos, quando analisou os quadros, relativamente aos arrendamentos dos equipamentos. Referiu que o rosto de carta do Município ainda era o mesmo, questionando o Presidente da Câmara se não pretendia alterar a imagem, uma vez que foi criada uma nova imagem para o Município. Acrescentou que já deveria ter sido apresentado aos Vereadores a nova tipologia de envelopes, cartões, ofícios com a nova imagem.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que essa era uma das alterações que estavam a incutir numa série de documentação, agradecendo o reparo. Recordou que na apresentação da nova imagem foi mostrado como seriam os envelopes, os cartões, os ofícios, contudo logo que haja esse tipo de documentação faria chegar um exemplar de cada aos Vereadores.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente ao documento relativo à saúde, como estava em fase intermédia de auscultação, questionou se o documento nesta fase teria também que ir à Assembleia Municipal, ou se iria só o último documento.

Referiu que as dúvidas suscitadas sobre os documentos, eram partilhadas por todos os que estão nas frentes políticas, estando preocupados com a escala e com a forma de administração dos Municípios. Outra das preocupações é de que forma, enquanto Câmara Municipal, se pode ver neste tipo de diplomas oportunidade de crescimento, não só a nível administrativo, mas também a nível estratégico, daquilo que se pretende fazer nas mais variadas áreas, independentemente de se saber se nesta fase se tem capacidade de resposta ou não, mas também a nível de agenda pessoal, quando assumiram o lugar a que se candidataram o que pretendem não só para os quatro anos, mas a longo prazo e este tipo de diplomas deve fazer puxar por essas áreas.....

Relativamente ao diploma da saúde, questionou em que nível de pensamento está a Câmara Municipal em relação à Unidade de Saúde Familiar da União de Freguesias e da Palhaça, de que forma se pode enquadrar.

Em relação aos outros dois diplomas, disse que as informações dadas pelos serviços municipais, pela análise que fizeram do Município, fazem parte do léxico natural do que é a leitura do Concelho, mas mais uma vez são suscitadas dúvidas em relação à abertura estratégica do Concelho em relação a essas matérias.

O **Vereador António Mota**, disse que as matérias em discussão cada vez trazem mais confusão que



Oliveira do Bairro câmara municipal

era o que o Governo estava a fazer. Referiu que a Associação de Municípios, de uma vez por todas, devia fazer com que aparecesse um documento para as autarquias locais terem uma base para poderem fundamentar uma série de situações.

Acrescentou que o documento mais importante que as autarquias deveriam ter, para poderem tomar decisões, era o histórico, essencialmente em matéria de despesa corrente de cada Ministério ou de cada área, mas isso não existe.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que daqui a dois anos, se não houver esse histórico com os valores bem definidos, não vai conseguir fazer o Orçamento, nem haverá revisão Orçamental que possa resolver, ou seja na sua opinião estava-se a discutir, nada.

Acrescentou que pela primeira vez, foram apresentados valores, no que diz respeito à Saúde, mas o que foi apresentado era muito pobre.

Voltou a referir que a Associação Nacional de Municípios, tinha que tomar uma posição muito séria sobre estas questões da delegação de competências para as autarquias locais, ou então sugeriu começar-se pela CIRA para apresentação desses dados.

Afirmou que enquanto não houver elementos concretos, um dossier com os valores de despesa de cada Ministério, a sua posição era a abstenção.

O **Presidente da Câmara**, reportando-se aos dados fornecidos relativamente à saúde, disse que exatamente por ter verificado que os valores apresentados não correspondiam à realidade, foi solicitada uma série de documentação, a qual, até à presente data, não foi rececionada.

Recordou ter referido numa Sessão da Assembleia Municipal, que tinha recebido os primeiros números referentes ao valor da transferência na área da saúde, de cerca de cem mil euros, se bem que os valores atualmente são diferentes, mas continua-se sem perceber nada. Disse que se tem conhecimento dos contratos existentes, dos valores que são pagos de renda de instalações, a algumas associações, mas depois não se sabe de mais nada porque não se tem acesso. Sobre o novo edifício nada foi dito, e são eles que fazem a manutenção do mesmo, tornando muito difícil a tomada de decisão, porque nem se consegue pronunciar sobre os valores.

Acrescentou que se aplicava aos outros Decretos-Lei, porque não se sabe o que é gasto, nem os valores da transferência, as exigências também são desconhecidas.

Deu conhecimento que as sugestões apresentadas pelo Vereador António Mota, também já as fez junto da Associação Nacional de Municípios e junto da CIRA, porque, para além de ter apetência pelos números e pelas contas, era esse o foco para se poder programar e tomar decisões para o futuro, porque são decisões que vão mexer com o futuro do Município e na forma como se presta o serviço público, porque vai ser exigido pelo munícipe uma melhor qualidade de serviço pela proximidade existente.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que em gestão só se gere aquilo que se mede, e sem medir não



Oliveira do Bairro câmara municipal

se pode gerir seja o que for.....

Disse não acreditar que seja o Governo a fornecer os dados que se pretendem para se tomar uma decisão, estando de acordo com o que foi dito pelo Vereador António Mota, mas por muita insistência que haja por parte do Município ou da Associação Nacional de Municípios a informação nunca será dada, pelo simples facto de o Governo também não saber.

Sugeriu que fosse o Município, a solicitar a cada um dos Centros de Saúde o seu Orçamento, excluindo o pessoal médico, nem que fosse de uma forma informal. Com essa informação já se estará em condições de se dizer que se aceita, com ou sem condições.

Alertou para o facto de brevemente vir também a questão da educação, onde Oliveira do Bairro fez parte do projeto piloto, mas tem que se estar já devidamente preparado, para se tomar uma decisão, tem que ser o Município a procurar os dados.

O **Presidente da Câmara**, recordou que quando foi a primeira discussão sobre a descentralização que veio ao presente órgão, uma das preocupações tinha sido medir e preparar o Município para aquilo que é evidente em 2021, ou seja, o Município não pode estar à espera que lhes quantifiquem as coisas para depois em 2021 tomarem uma decisão, pelo contrário, têm que estar preparados.

Lembrou que quando foi aprovado o novo organigrama da Câmara Municipal, o Vereador António Mota disse que a Câmara se estava a preparar para a descentralização e de facto isso era verdade, porque há a necessidade de preparar as áreas para assumir aquilo que terão que assumir no ano de 2021. Acrescentou que há o compasso nos anos de 2019 e 2020 para os Municípios se prepararem da melhor forma e é esse o trabalho que tem que ser feito e não ter que aceitar as contas que são apresentadas.....

Um dos problemas apresentados era os Municípios, nos seus Regulamentos de Taxas, não estarem preparados para cobrarem taxas sobre determinados serviços, e referiu na altura que essa preparação tem que ser efetuada para estarem prontos a assumirem o que tiverem que assumir.

Referiu que o levantamento na área da Educação estava feito e a aguardar que o Governo envie os valores para depois fazerem as comparações.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com as abstenções dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, informar o membro do Governo na área da Saúde, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, de que, pelos motivos aduzidos na Informação/Proposta n.º 64 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 07 de março de 2019, designadamente a existência de dúvidas quanto aos critérios que presidiram ao cálculo dos valores apresentados nos mapas enviados e o facto de não se ter recebido qualquer resposta por parte dos responsáveis governamentais competentes, não concorda com o teor do projeto em apreciação.

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, esclarecendo que o



Oliveira do Bairro câmara municipal

sentido de voto dos Vereadores do PPD/PSD se encontra justificado no teor das respetivas intervenções.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 65 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 22/2019 DE 30 DE JANEIRO [CULTURA]

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com as abstenções dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 65 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 08 de março de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências.

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, esclarecendo que o sentido de voto dos Vereadores do PPD/PSD se encontra justificado no teor das respetivas intervenções.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 66 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 20/2019 DE 30 DE JANEIRO [PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS]

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com as abstenções dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 66 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 08 de março de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências.

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, esclarecendo que o sentido de voto dos Vereadores do PPD/PSD se encontra justificado no teor das respetivas intervenções.

PONTO 6 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 101/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – 24.º ENCONTRO DE COROS DA BAIRRADA –CEDÊNCIA DE ESPAÇOS E APOIO FINANCEIRO – CASA DO POVO DO TROVISCAL

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto. O **Presidente da Câmara**, referiu que o Município de Oliveira do Bairro através de uma das suas



Oliveira do Bairro câmara municipal

associações ia receber no Quartel das Artes, um momento cultural que englobava um sem número de participantes.

Foi entendimento que seria um ponto alto para a região e para além das cedências do Espaço Inovação e do Quartel das Artes a associação vem solicitar um apoio financeiro para a parte da confraternização e receção dos Coros envolvidos no evento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Atribuir um Apoio Financeiro no valor de 4.900,00 € (quatro mil e novecentos euros) à Casa do Povo do Troviscal, com vista ao apoio à organização do 24.º Encontro de Coros da Bairrada, nos termos constantes da Informação/Proposta n.º 101|GAP, de 8 de março de 2019, que aqui se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Que o apoio financeiro seja liquidado em duas Tranches: 1.ª Tranche de 3.920,00 € (três mil, novecentos e vinte euros) por forma a apoiar os custos de preparação do evento e a 2.ª Tranche de 980,00 € (novecentos e oitenta euros) após a realização do evento e do subsequente relatório de balanço;

3.º - Ceder gratuitamente à Casa do Povo do Troviscal, para a organização e para o espetáculo, o auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol e do Espaço Inovação, para os dias 23 e 24 de março;..

4.º - Aprovar a minuta do respetivo Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Casa do Povo do Troviscal, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

5.º - Designar a Chefe de Divisão, Dr.ª Cristina Maria Madeira da Silva Calvo, como Gestora do Contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 290º- A do CCP.

PONTO 7 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ NO DIA 19 DE ABRIL, PARA EFEITOS DE CELEBRAÇÃO MUNDIAL DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vereador António Mota e o Vereador Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que este ponto era uma cedência do auditório de Oiã, nos termos e à semelhança do que já tem sido efetuado.

O **Vereador António Mota**, referiu que não tinha nada contra as testemunhas de Jeová, mas alertou que se deveria ter algum cuidado sobre algumas cedências, porque as mesmas são gratuitas e as cedências têm custos para o Município correndo o risco de os munícipes começarem a colocar questões.

O **Presidente da Câmara**, questionou o Vereador António Mota se o mesmo sugeria, que no Regulamento que estava a ser elaborado, que se venha a cobrar às associações as cedências dos espaços.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador António Mota**, referiu que o que estava em causa não era uma associação concelhia, sendo um evento com alguma dimensão, pelo que percebeu da informação e não sabendo até que ponto seria legal a realização do mesmo.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a presente cedência vinha no âmbito de dar oportunidade a todos e a todas as ideologias e nada mais que isso. E nessa defesa informou que o Município já tinha recebido outras atividades de outras religiões com o seu caráter de abrangência global e daí a forma de estar de igualdade perante todos que têm a sua ideologia e são munícipes do Concelho.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se o Vereador António Mota levantaria as mesmas objeções se fosse a Diocese de Aveiro a solicitar o espaço.

O **Presidente da Câmara**, disse que quando se tinha referido a outras atividades referia-se precisamente à Diocese de Aveiro, que foi recebida no Espaço Inovação. Acrescentou que no ano anterior o presente assunto tinha sido votado no presente órgão por unanimidade, não sendo coerente agora não o fazer, de qualquer forma acha plausíveis as questões levantadas.

O **Vereador António Mota**, disse que continuava com a sua dúvida, porque uma coisa era uma atividade local outra coisa é uma atividade com a dimensão que lhe parece da informação que tem, a nível mundial.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que já no passado essas questões se levantavam e se os apoios dados à igreja católica eram legais ou não e havia pareceres que a Câmara não podia dar dinheiro à Igreja e depois havia argumentações que contrariavam os pareceres porque o evento era aberto a todos os que lá quisessem ir, então o critério passou a ser desde que as portas estejam abertas, não havia problema.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência à Congregação das Testemunhas de Jeová, do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 19 de abril de 2019, para efeitos de realização de “Celebração Mundial”.

PONTO 8 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2018 – PARA CONHECIMENTO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Fernando Silva e Álvaro Ferreira.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se o presente relatório já tinha sido enviado às forças da oposição.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que seria enviado depois de ser dado conhecimento ao presente órgão.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que não sabia se o mesmo estava encerrado ou não, mas disse



Oliveira do Bairro câmara municipal

que já tinha feito uma sugestão que agora formalmente voltava a fazer, que era relativo ao relatório de atividade da Câmara Municipal, que é enviado à Assembleia Municipal, seja também enviado ao presente órgão.

Relativamente à questão das respostas aos pedidos de informação apresentados, disse que mais uma vez era uma questão de haver um registo dos pedidos que eram feitos na Câmara Municipal e saber o tempo de resposta aos mesmos.

Sobre o direito de participação, disse que nem sempre a oposição tem sido convidada para eventos, atividades, ações da Câmara Municipal.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que ao nível da consulta prévia, reúnem em relação aos planos de atividades e orçamentos da Câmara Municipal e nessa reunião houve uma proposta que naquilo que fossem temas centrais e estratégicos ao nível da política exercida pela Câmara Municipal, de forma atempada fossem convidadas as forças presentes em sede de reunião de Câmara, sendo também uma forma estratégica de os prender a uma decisão feita pela maioria, permitindo também fazer uma leitura estratégica e um debate mais profundo dos temas em análise, dando o exemplo das transferências de competências, onde podem dar os seus pareceres e opiniões mas sempre condicionados a um tempo reduzido de intervenção quando a explanação pode ser bem diferente....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Relatório de Observância do Direito de Oposição 2018 – Estatuto do Direito da Oposição.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 13 de março do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 960.338 Euros e 11 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 694.220 Euros e 08 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 1.654.558 Euros e 19 Cêntimos

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo



Oliveira do Bairro câmara municipal

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva